



ROTINA DA REPORTAGEM DE TELEJORNALISMO NA COBERTURA POLÍTICA PRESIDENCIAL NO CERCADINHO DO PALÁCIO DA ALVORADA

Deivid Morona¹

Lize Búrigo²

Resumo: Este artigo teve como objetivo apresentar os desafios enfrentados na rotina dos jornalistas durante o trabalho no cercadinho do Palácio da Alvorada para a produção das reportagens de telejornalismo relacionadas ao atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro. A intenção foi descobrir como os jornalistas estão conseguindo cumprir o dever de informar a população diante das limitações enfrentadas nas apurações de notícias relacionados ao presidente da república. Para contextualizar o papel do jornalismo na editoria de política em uma sociedade democrática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base nos conceitos de Medina (2006) e Martins (2020). Os formatos das reportagens televisivas foram compreendidos por meio das ideias de Traquina (2005), Villela (2008), Lage (2005) e Chagas (2006). Para desenvolver o artigo, utilizou-se como procedimento técnico o levantamento de dados, feito por meio de entrevistas com quatro repórteres das quatro principais emissoras do país. A partir das respostas desses profissionais foi confirmado que, em função da dificuldade na apuração das informações, houve mudanças na rotina de produção, desde a checagem até a produção das reportagens, revelando um novo formato do padrão televisivo compreendido pelos estudiosos da área. Impactando inclusive no conteúdo da reportagem, deixando atualmente com mais suposições e previsões do que informativa.

Palavras-chave: Jornalismo Político. Reportagem. Cercadinho. Palácio da Alvorada.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atenção da cobertura jornalística está voltada para a crise política vivida pelo atual governo de Jair Messias Bolsonaro. Trocas de ministros, supostas tentativas de interferência na polícia, rejeição dos protocolos internacionais de saúde e denúncias de articulações políticas para evitar que membros da família sejam investigados têm colocado o presidente no epicentro da checagem de informação. Defronte a este cenário estão os repórteres que precisam cumprir o dever de averiguar as informações para levar ao conhecimento público.

A partir dos depoimentos com críticas severas à cobertura jornalística feitos

¹ Graduando em jornalismo UniSATC. E-mail: deividmorona2@gmail.com

² Professora da UniSATC. E-mail: lize.burigo@satc.edu.br



pelo atual chefe de Estado, intensificou-se como coadjuvante a participação hostil de uma militância pública, que dificultou o trabalho dos repórteres no único espaço possível cedido para entrevistas no Palácio da Alvorada, em Brasília. Construída dois anos antes da inauguração do Distrito Federal, a residência oficial do Presidente da República Federativa do Brasil fica localizada à beira do lago Paranoá e se tornou um ícone da arquitetura brasileira e berço de importantes decisões do país.

Na entrada da residência oficial do presidente, os jornalistas passaram a realizar entrevistas coletivas. Mas, em maio de 2020, com o apoio da ABI (Associação Brasileira da Imprensa), alguns grupos de comunicação decidiram não enviar mais jornalistas para o cercadinho do Palácio da Alvorada. A decisão foi tomada após constante hostilidade por parte da militância dos apoiadores de Bolsonaro contra os jornalistas.

Entre urros, vaias e xingamentos, simpatizantes do presidente prevaleciam no tom e colocavam em risco a integridade dos profissionais que lá atuavam. Diante deste fato, a proposta de estudo visa identificar perante tantos desafios: como foi a rotina de produção de reportagens de telejornalismo relacionadas ao atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro, na informalidade do cercadinho do Palácio da Alvorada?

O objetivo geral trata de descobrir como os jornalistas conseguem cumprir o dever de informar a população, diante das limitações e ameaças no cercadinho da Alvorada. Para isso, foi preciso compreender como é o formato das reportagens televisivas nas coberturas políticas, identificar as especificidades da apuração jornalística na política e a relação entre poder e imprensa quando o jornalista está no centro das tensões.

O método utilizado para buscar a resposta preterida teve como procedimento técnico o levantamento de dados por meio de entrevistas com quatro repórteres das principais emissoras do país, com perguntas abertas e fechadas. Conforme Fachin (2006), a técnica de elaboração de perguntas fechadas norteia a pesquisa de coleta de dados, dando a direção adequada. Já as abertas permitem a espontaneidade nas respostas do pesquisado, podendo detectar com mais facilidade as opiniões e experiências vividas. Tornando-se importantes e complementares para a compreensão final do estudo proposto.

Para efeitos de preservação das identidades e dos sujeitos optou-se por usar nomes fictícios. Então os entrevistados bem como as empresas são identificados por:



Repórter A, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 1**, **Repórter B**, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 2**, **Repórter C**, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 3**, e **Repórter D**, que desenvolve suas atividades na **emissora 4**.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza básica e com resultados subjetivos optou-se por uma abordagem qualitativa e exploratória quanto aos seus objetivos.

Mesmo que a imparcialidade seja uma utopia, é preocupante imaginar um jornalismo sem acesso à checagem da informação. Dessa forma, a proposta contribui para a academia identificando as mudanças no formato de jornalismo outrora não estudados, frutos de um contexto atual, compreendido a partir da polarização política do país.

Justifica-se, também, diante da necessidade atual dos veículos saberem lidar com uma oposição civil ao trabalho do jornalista. Atualmente, já existem relatos³ e denúncias de agressões a profissionais da comunicação no exercício de suas funções. As adaptações a essa nova realidade podem implicar alterações nos formatos tradicionais de apuração e checagem dos veículos de imprensa.

2 TELEJORNALISMO NO BRASIL

Dois dias após a inauguração da primeira emissora de Televisão do Brasil, a TV Tupi, no dia 22 de setembro de 1950, entrava no ar o telejornal “*Imagens do Dia*”, com transmissão de notícias, na voz do locutor Homero Silva, mas sem a inserção de imagens complementares. Não havia tecnologia na época para gravação de imagem e toda produção era ao vivo, cuja predominância eram textos informativos retirados de recortes de jornais impressos.

Conforme Rezende (2010), dois anos após, o telejornal “*Imagens do Dia*” foi substituído pelo noticiário de televisão “*Repórter Esso*”, considerado até mesmo o programa mais relevante da década de 50. O noticiário trazia como título o nome do próprio patrocinador e nos anos 60 trouxe a inovação de inserir imagens nas notícias lidas pelo apresentador.

O Repórter Esso ganhou um concorrente em 1963, com a criação do “*Jornal Vanguarda*”, na extinta TV Excelsior, que inseriu o gênero opinativo na televisão, com

³ Confira em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/02/equipe-da-nsctv-e-agredida-em-florianopolis-durante-reportagem.ghtml>.



comentários, crônicas e caricaturas (VILLELA, 2008). Em 1969 a Rede Globo transmite o primeiro jornal em cadeia nacional, o “*Jornal Nacional*”. Com grande aparato tecnológico, o JN insere o gênero Reportagem na televisão junto aos formatos estabelecidos anteriormente graças à mudança do filme para videotape, equipamento que possibilita utilizar a mesma fita várias vezes. Neste cenário surge a figura do repórter, núcleo fundamental da reportagem.

2.1 ESTRUTURAÇÃO DA REPORTAGEM NA TELEVISÃO

Bistane e Bacellar (2008) identificam a construção de uma reportagem para televisão semelhante à montagem de um quebra-cabeça, em que as peças precisam estar encaixadas para que, na visão geral, a informação faça sentido para quem assiste. Partindo deste princípio, é necessário conhecer onde cada informação pode se encaixar, e quais são essenciais para a construção final.

Villela (2008) enumera três etapas para uma estrutura técnica de reportagem para telejornal: off, cabeça de repórter e sonora. Off: é identificado por Villela (2008) como o texto que o telespectador ouve sem ver o repórter na tela. Escrito com base nas informações apuradas pelo jornalista e coberto simultaneamente com imagens que condizem com o texto produzido.

Cabeça de Repórter: é o momento em que o jornalista aparece na reportagem trazendo informações que complementam o texto. Essa participação pode ser chamada também de: 1) Abertura, quando inserida logo no início do vídeo. 2) Passagem, quando no meio. 3) Encerramento, quando aparece no fim. Villela (2008) afirma que esta participação dá credibilidade à notícia, já que dá a entender ao telespectador que, de fato, o jornalista esteve no local e está falando algo que viu. “Ela serve para ligar pontos na reportagem. Para isso bastam quinze, vinte segundos, o equivalente a duas, três frases. É como se o repórter entrasse no vídeo dizendo: olha, telespectador, isso aqui é importante você saber!” (VILLELA, 2008, p. 25).

Sonora: é, para Villela (2008), a coroação da produção da reportagem. São os trechos da gravação da entrevista que confirmam as informações que estão sendo dadas na construção do material. Estes fragmentos de vídeos são retirados das entrevistas que, segundo Lage (2005), podem ser: Ritual, quando o interesse é maior no entrevistado do que no que ele tem a dizer. Temática, utilizada para a compreensão de um tema ou na exposição de interpretação de acontecimentos. Testemunhal,



quando o entrevistado conta o relato de algo que tenha participado.

Em profundidade, que é o tipo de entrevista que não se detém a um fato apenas, mas expõe o mundo e os pensamentos que envolvem a fonte. Ocasional, que é a entrevista não agendada. De confronto, quando o jornalista está munido de acusações e através delas faz a checagem com envolvidos. Coletiva, quando é submetido a perguntas de vários repórteres. Ou dialogal, que é a entrevista realizada em tom de conversa onde geralmente jornalista e fonte estão em ambientes preparados e sentados.

Ainda existem outros elementos que podem ser considerados e inseridos na construção de uma reportagem, mas no presente trabalho não será abordado, já que Villela (2008) considera que a base da matéria de telejornalismo precisa conter os elementos aqui já apresentados, independente da sua ordem, sendo a mais comum: “off + passagem + sonora + off + sonora”.

Dentro deste contexto, a televisão passa a segmentar suas pautas abordando editoriais variadas. Portanto, torna-se importante para o entendimento do estudo proposto compreender também como a cobertura política tornou-se uma vertente importante do jornalismo, como foi estruturada e por que ela está no centro das tensões.

3 JORNALISMO POLÍTICO NA TV E SUAS REFERÊNCIAS

Em suas primeiras edições, ainda em meados do século XIX, o jornalismo político adotava manchetes com tom propagandístico, deixando claro suas posições partidárias e tentando convencer o leitor a adotar ideias ao invés de apenas informar (MARTINS, 2020). Em 1968 o jornalismo passou por uma fase turbulenta, quando durante a ditadura militar as vozes discordantes do governo vigente eram silenciadas. Kusnir (2012) retrata este tempo, a partir do momento em que se instaura o AI-5⁴, ato inconstitucional que buscava, na teoria, salvar a pátria com um discurso monopolítico, mas que, na verdade, utilizava de armas, tortura e censura para calar qualquer um que discordasse ou questionasse o atual regime.

Contato (2014) explica que é nesse momento que a imprensa começa a se autorreprimir, adotando a chamada chapa-branca. Período em que o jornalismo, de acordo com as regras do AI-5, torna públicas pautas que mostravam um cenário feliz e edificante, enaltecendo a economia, o regime e as regras militares como algo essencial

⁴ Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf. Acesso em 18/11/2021



para a ordem.

É neste contexto que os principais telejornais da época surgiram, alguns no ar até hoje, como é o caso do *Jornal Nacional*, principal telejornal da Rede Globo. Contato (2014) exemplifica os atos da censura sobre o pensamento crítico ao mencionar a morte do jornalista Vladimir Herzog, diretor do *Hora da Notícia*, da TV Cultura, telejornal que adotava um editorial participativo, dando voz ao telespectador. “Entretanto, esta nova linguagem, que objetivava popularizar o noticiário e trazer pautas sobre a política nacional, desagradava o governo militar” (CONTATO, 2014, p.6).

Demorou um tempo até que o jornalismo, no Brasil, compreendesse seu papel político na sociedade. Para Medina (2006), a produção da notícia deixou o viés humanístico e se voltou para a “especialização” técnica, já que nas décadas de 70 e 80 o Brasil estava passando por uma fase no desenvolvimento da globalização econômica.

O tônus cultural afundava com a derrota das Diretas-já em 1984, aflorava com a esperança em Tancredo no ano seguinte e caía outra vez no abismo com sua morte. Os jornalistas cobriam essas intempéries do factual político imediato, mas, ao mesmo tempo, eles e seus colegas de outras áreas estavam obcecados com a informatização (MEDINA, 2006, p. 31).

Em 1984, os populares começaram a se organizar em comícios que pediam eleições diretas, movimento conhecido como “*Diretas Já*”. Fantinatti (2007) destaca que os veículos nesse momento começam a ser duramente criticados pelos movimentos por não os divulgarem em suas edições. Um encontro de populares na Praça da Sé, em São Paulo, foi o principal motivo para acreditar que a Rede Globo ainda se curvava aos padrões impostos pela ditadura. Em entrevista ao jornalista Roberto D’Ávila, em 28 de dezembro de 2005, o então diretor José Bonifácio confirma os moldes televisivos baseados no contexto de censura.

A campanha das diretas foi uma censura dupla: primeiro a censura da censura, depois a censura do doutor Roberto [Marinho]. Como a televisão é uma concessão do serviço público, eles [os militares] sempre mantinham uma pressão muito grande dentro da televisão. No momento das Diretas-Já eles ameaçaram claramente a Globo de perder a concessão ou de interferir mais duramente no entretenimento. Então, o doutor Roberto não queria que se falasse em Diretas-Já. Eu fui o emissário final do pessoal do jornalismo na conversa com doutor Roberto e ele permitiu que a gente transmitisse aquilo ali dizendo que havia um show pró-Diretas-Já, mas sem a participação de nenhum dos discursantes, quer dizer, a palavra e o que se dizia, estavam censurados (José Bonifácio de Oliveira Sobrinho. In: Agência Estado, 2005).

Com a saída do militar João Baptista de Oliveira Figueiredo do comando do país em 1985 tomou posse o primeiro presidente civil do Brasil, Tancredo de Almeida

Neves, dando fim ao período de ditadura militar. Após sua morte, três meses após ser eleito, foi substituído por José Sarney de Araújo. Enquanto isso a população continuava a se organizar para engajar na conquista de direitos.

Nesse contexto o jornalismo permanecia adotando uma postura propagandística. Segundo Medina (2006), isso fica claro ao considerar como exemplo a revista VEJA de 1989 (FIGURA 1), que trazia na capa o título “Collor de Melo, o caçador de marajás”. Uma propaganda precoce de Fernando Affonso Collor de Mello, que assumiu a presidência em 1990 e renunciou dois anos depois após passar por um processo de impeachment⁵. O jornalismo precisou compreender seu papel investigativo nos desfechos do processo, quando o povo foi às ruas nas manifestações anti-Collor.

FIGURA 1: Capa Revista 1989



FONTE: Revista Veja.

Segundo Seabra (2006), é a partir da posse do vice-presidente Itamar Franco, após a saída de Collor, que o jornalismo político começou a se comportar de forma diferente, mais neutro no assunto. Preparando a imprensa para as novidades políticas que viriam a partir do novo plano Real⁶ e da posse de Fernando Henrique Cardoso (1995). O autor afirma ainda que este novo perfil pode ser visto na cobertura das eleições de 2002. “A ampla cobertura jornalística realizada em 2002 e o equilíbrio com

⁵ Impeachment ou destituição é um processo político-criminal instaurado por denúncia no Congresso para apurar a responsabilidade do presidente da República, governador, prefeito ou ministro do

⁶ O Plano Real foi um conjunto de reformas econômicas implementadas no Brasil, em 1994, no governo de Itamar Franco, na primeira metade dos anos 1990. Seu objetivo principal era combater a hiperinflação no país



que a imprensa tratou os candidatos fizeram desta eleição um modelo de atuação para o jornalismo político” (SEABRA, 2006, p. 137).

Na cobertura política recente, os profissionais da imprensa precisaram adotar, em suas rotinas, novas formas de postura durante a apuração da notícia, refletindo, conseqüentemente, na construção de sua reportagem, já que Caldas (2002) considera como fato que todo jornalista que trabalha com política formará opinião, mesmo não sendo um colunista.

O autor destaca como missão deste profissional: “Projetar novas informações no cenário político e administrativo, tentando antecipar conseqüências ou desdobramentos que sejam do interesse do cidadão eleitor” (CALDAS, 2002, p. 84). O que, de acordo com Martins (2020, p. 18), torna-se um desafio, quando a reportagem de televisão é apresentada a uma pluralidade de pessoas que podem possuir visões de mundo muito distintas.

Na TV aberta, o universo dos telespectadores não apenas abriga em seu interior posições políticas extremamente diversas, como também está atravessado por diferentes graus de formação escolar, nível cultural, renda, religiosidade etc. A mesma matéria é vista pelas classes A, B, C, D e E, por adolescentes, jovens e idosos, por doutores e analfabetos, por pessoas com visão de mundo progressista e conservadora. Deve ser entendida por todos, e ser relevante ou interessante para a maioria. Não é fácil.

Para este desafio, Chagas (2006, p. 159-160) afirma que para a construção de uma reportagem na editoria política é necessário que as entrevistas sejam estruturadas, já que “o papel do entrevistador é tornar claro, expor, abrir ao público ideias, informações, fatos e intenções que, muitas vezes, um agente político prefere omitir. E isso só é possível com a checagem das informações”.

Sendo assim, torna-se importante adotar novos modelos, mesmo que estes assuntos coloquem o profissional no centro das tensões. Lage (2005) destaca que a entrevista de confronto tem eficácia para questões importantes da política, já que coloca o repórter como um inquisidor, despejando sobre o entrevistado acusações. Não com o objetivo literal de acusação, mas de buscar para a reportagem a versão dos fatos, contribuindo assim para uma construção midiática mais neutra e justa.

3.1 RELAÇÃO ENTRE PODER E IMPRENSA

Silva (2006) considera essencial para o jornalismo político a divulgação ou denúncia de um fato que alguém tende a manter oculto. Ou seja, quando há intenção



em esconder algo, maior será o valor-notícia, haja vista que existem indícios de que algo está sendo vedado do conhecimento popular, mesmo que não apresente irregularidades.

Assim como Traquina (2005) classifica a importância da apuração e veiculação de informações que possuam os valores-notícia de: 1) Relevância, quando o fato tem impacto na vida das pessoas. 2) Infração, quando há indícios de descumprimento de leis; 3) Controvérsia, quando o entrevistado fala algo diferente do que foi evidenciado em atitudes, e 4) Conflito ou violência, no caso de agressões. “Alguns desses valores-notícia ajudam eles próprios a construir a sociedade como consenso” (TRAQUINA, 2005, p. 86).

Durante a checagem, o jornalista se depara com a missão de expor sua fonte. Para Chagas (2006), não importa quem seja o entrevistado. Tanto o marginal que está na cadeia quanto o banqueiro sentado em seu confortável escritório devem receber o mesmo tratamento do repórter, pensando sempre na coerência das perguntas e relevância das respostas. Postura que pode comprometer algumas relações entre jornalistas e fontes políticas primárias, afinal, “entrevistar é decifrar. Um fato, uma situação, uma pessoa. É descobrir, descortinar, trazer à luz o desconhecido, o inesperado, às vezes o intuído, mas nunca revelado” (CHAGAS, 2006, p. 13).

Partindo do que defende Chagas (2006), para conseguir trazer ao público informações que são do interesse comum é necessário que o jornalista faça as perguntas que o público gostaria de saber. Se há denúncias contra o entrevistado, ele deve ser interpelado de forma inteligível. Garantindo ao telespectador a informação compreensível e ao entrevistado a oportunidade de se justificar ou confessar algo. “Mas com dois cuidados: o primeiro, educação; o segundo, que a pergunta seja pertinente, coerente com os objetivos da entrevista” (CHAGAS, 2006, p. 168).

Em concordância com esse pensamento, Martins (2020) reforça a importância do jornalista, colocando-o na função de investigador das denúncias sobre as irregularidades na administração pública, desvios de recursos ou negócios escusos com dinheiro público. Villela (2008) também afirma a importância da checagem da informação por meio da entrevista e a considera o principal instrumento de trabalho do jornalista. Mas alerta que as reações dos entrevistados, às vezes, podem surpreender. Alguns perdem as estribeiras e ficam enfurecidos, relata o autor.

Para exemplificar, essa reação pode ser observada na entrevista que o ex-presidente Fernando Collor concedeu à jornalista Sonia Bridi, no Jornal Nacional, em



1997⁷. Quando a repórter questionava o então presidente sobre as acusações que estavam sendo levantadas pelo Ministério Público, as respostas foram dadas aos gritos e socos na mesa. Perto do fim da entrevista o ex-presidente chega a imputar à jornalista a acusação de que as perguntas estavam sendo feitas de má-fé. Para Chagas (2006), esse comportamento pode ser explicado porque se de um lado tem um jornalista buscando abrir ao público uma informação, do outro pode haver um político querendo omitir.

Acho mesmo que o ato da entrevista envolve uma espécie de sedução. Sempre no melhor dos sentidos. Ora é o jornalista que está no papel de quem seduz, convencendo o outro a falar e ir mais longe do que pretendia nas revelações. Ora é o entrevistado, que tem como objetivo último de sua entrevista seduzir aqueles a que a ela tiverem acesso, convencendo-os de suas ideias, do brilhantismo de suas reflexões e da veracidade de suas informações – enfim, vendendo aquele peixe (CHAGAS, 2006, p. 164).

Essa reação de contra-ataque de forma acusadora e até mesmo hostil continua até hoje sendo uma estratégia de muitos políticos para se defender das perguntas dos jornalistas. Segundo divulgado pela Fenaj (2020), no Relatório de Violência e Liberdade de Imprensa⁸, em 2020 houve um aumento de 105% no índice de violência contra jornalistas durante o exercício da profissão. Desse total, entre os meios de comunicação, os profissionais de televisão foram os mais atingidos, representando um total de 24,44%. Estes dados retratam o reflexo da apuração política atual, já que os maiores agressores listados são respectivamente o presidente da República (40,89%), servidores públicos (20,09%) e políticos (9,11%).

3.2 COBERTURA POLÍTICA PRESIDENCIAL NA ATUALIDADE

O atual Chefe de Estado, Jair Messias Bolsonaro (Ex-PSL e desde novembro de 2021 filiado ao PL), foi eleito em 2018, após receber no segundo turno 57,8 milhões de votos. Número que representou 55,13% contra 44,87% do segundo colocado. Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, chegou a cursar educação física, mas não concluiu. Bolsonaro foi vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão de 1989 a 1991, quando foi eleito deputado federal, atuando na Câmara durante 27 anos até sua eleição para a presidência da República.

⁷ Disponível em: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/jornal-nacional-entrevista-de-sonia-brid- com-fernando-collor/2571277/> Acesso em 18/11/2021

⁸ Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em 18/11/2021



Cioccari e Persichetti (2019) defendem que a eleição de 2018 tornou-se reflexo do que já havia sido sinalizado em 2014, quando no Congresso a representatividade dos candidatos conservadores foi a maior já registrada pós ditadura militar. Algo que trouxe indícios de que a população começava a tomar o discurso nacionalista e da moral como uma possível solução para os problemas de corrupção do país.

Com oito segundos de televisão para propaganda política, Bolsonaro foi fortalecido pelas interações via redes sociais. Em vídeos ao vivo transmitidos pelo *Facebook*, o presidente realizou a campanha divulgando seus posicionamentos políticos enquanto cumpria a agenda. Para Cioccarri e Persichetti (2019), foi por meio desse movimento nas redes sociais que o ex-capitão do exército conseguiu popularidade suficiente para vencer a eleição.

A partir desse momento, seguindo o conceito de Chaparro (1994) de noticiabilidade, o presidente Bolsonaro passou ser considerado uma fonte de notoriedade, e, assim, acompanhado diariamente pela imprensa. Suas atitudes e palavras passaram a ter um peso informativo e relevante, já que se trata do ocupante do mais alto cargo na política nacional. Todas as ações do presidente passam a ser relevantes para a população, pois, conforme Traquina (2005), uma decisão que possa afetar a vida das pessoas é um importante valor-notícia na hora da escolha das pautas.

Diferentemente do que acontece com a apuração das informações relacionadas aos deputados e senadores, em que o jornalista tem acesso aos corredores por onde estes agentes políticos transitam diariamente, o acesso ao Presidente da República é limitado. De acordo com a Secretaria Especial de Comunicação Social, para conseguir uma entrevista com o chefe de estado, é necessário encaminhar uma solicitação para a Subsecretaria de Imprensa que analisará a solicitação, podendo ou não aceitar o pedido.

Bolsonaro, no entanto, tem priorizado entrevistas em emissoras e jornalistas que comungam dos posicionamentos políticos adotados por ele. Estratégia que, segundo Charaudeau (2008), serve para a construção de uma verdade discursiva. Compreendendo que quanto menos interferências discordantes há no discurso, maior é a receptividade positiva do público. Segundo Freire (2021), o presidente concedeu 135 entrevistas exclusivas de 2019 a 2020. Destas, apenas 58 foram concedidas a telejornais contemplando preferencialmente duas emissoras abertas.

Uma alternativa para os jornalistas é aproveitar os momentos em que o presidente está disponível em algum evento para, informalmente, solicitar uma



entrevista. Como a agenda é sempre amplamente divulgada, na maioria das vezes, estes encontros proporcionam o que Lage (2005) conceitua como entrevista ocasional; que é quando os jornalistas encontram o entrevistado sem agendamento, e aproveitam a oportunidade para realizar questionamentos.

O documentário *Cercados* (2020), produzido pelo Globoplay, que traz os bastidores da cobertura jornalística durante a pandemia, mostra que o portão do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República, tem sido local de encontro entre o chefe de Estado e seus apoiadores. Tornou-se, por consequência, a oportunidade para que os jornalistas possam questionar o presidente sobre as informações referentes ao governo.

De acordo com Mattos (2019), o tradicional café da manhã com a imprensa, onde o presidente recebia jornalistas, foi trocado pelos encontros com os apoiadores no portão do Palácio. Manobra que teve como objetivo evitar perguntas desconfortáveis que pudessem render pautas negativas ao mandatário.

A avaliação é a de que apenas pautas negativas eram publicadas na imprensa. Já na porta de casa, Bolsonaro apenas responde às perguntas quando lhe interessa, escapa dos contraditórios, manda os recados quando necessário e ainda garante sua presença no noticiário logo pela manhã (MATTOS, 2019).

Apesar da importante oportunidade de checagem de informações, grupos da imprensa decidiram não enviar mais jornalistas para o “cercadinho” (FIGURA 2). Essa decisão foi tomada após uma série de agressões provocadas por apoiadores do presidente. Diariamente essas pessoas atrapalhavam a tentativa de qualquer inquirição ao chefe de Estado, como uma forma de defendê-lo. De acordo com Estadão (2020), o próprio presidente incentivou tais atitudes, quando respondia aos repórteres com gritos, atitude que endossou as agressões. Frases como “mídia lixo”, “comunistas”, “safados” eram toleradas diariamente, até que agressões físicas como chutes, pontapés e golpes com barra de ferro começaram a acontecer. Ponto decisivo para que os veículos tirassem os profissionais de lá.

O cercadinho do Palácio da Alvorada transformou-se mais uma vez em um problema para o presidente, e, assim como o café com a imprensa, preferiu cancelar as tradicionais paradas no portão do Alvorada. Bolsonaro autorizou em março de 2021 a criação de um novo espaço para os apoiadores, dentro do pátio do Palácio. Local onde a imprensa não é recebida.

FIGURA 2: Cercadinho do Palácio da Alvorada



FONTE: GOOGLE maps.

Perante as dificuldades apresentadas, esta pesquisa se cerca com o propósito de compreender como os jornalistas conseguiram cumprir o dever de informar a população, dentro dos critérios do gênero reportagem ocupando o cercadinho do Palácio da Alvorada.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise deste estudo e compreensão sobre o trabalho da imprensa no cercadinho do Palácio da Alvorada foram realizadas quatro entrevistas, três delas aplicadas via chamada de vídeo, com duração de aproximadamente 40 minutos. E uma, atendendo a exigência da fonte, enviada via e-mail em forma de questionário, com perguntas abertas e fechadas. A coleta de informações foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2021 com jornalistas que atuam em quatro das principais⁹ emissoras de canal aberto do Brasil.

Conforme já abordado, as identidades dos profissionais são mantidas em sigilo, garantindo que nenhum dano lhes será causado por exporem a realidade diária da função. Também com esse objetivo as respostas não são vinculadas às emissoras na qual trabalham. Todos os profissionais exercem suas funções exclusivamente na cobertura política, sendo responsáveis pela coleta de informações relacionadas ao poder executivo federal. Os jornalistas entrevistados também possuem tempo de

⁹ De acordo com pesquisa KANTAR IBOPE, das 21 emissoras em canal aberto, as representadas nesta pesquisa somam, juntas, 57,81% da audiência no Brasil. Veja em/
<https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-06-09-a-12-09-2021/>.



experiência mínima de oito anos, cobrindo mandatos de pelo menos três chefes de Estado.

Para identificar as respostas são utilizados nomes fictícios, então os entrevistados, bem como as empresas, serão identificados respectivamente por **Repórter A**, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 1**, **Repórter B**, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 2**, **Repórter C**, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 3** e **Repórter D**, que tem suas atividades profissionais desenvolvidas na **emissora 4**. No desenrolar da entrevista os jornalistas explicaram de que forma preparam as pautas e quais assuntos são mais importantes para arguir o presidente.

A **Repórter A** declarou que as perguntas precisam estar diretamente ligadas ao que está em alta na discussão política do país, mesmo sabendo que na maioria das vezes serão ignoradas pelo presidente. Segundo a profissional, os assuntos que estão sendo veiculados precisam ser checados, e quando isso acontece a informação passa a ter mais pluralidade, trazendo as versões dos fatos. Consonante ao conceito de Chagas (2006), que pontua a importância da estruturação da entrevista para a elucidação de assuntos que poderiam ser omitidos pelo agente político, e ao conceito de Vilella (2008) de que é necessário que o assunto também seja de interesse popular.

O **Repórter B** enfatizou também que este é um dos grandes desafios do trabalho no cercadinho do Palácio da Alvorada. Segundo ele, o presidente Bolsonaro criou para si um sistema de autodefesa onde só responde se o assunto não lhe prejudicar, nesse caso, nem todas as pautas são aceitas pelo chefe de Estado.

Segundo a teoria do discurso de Charaudeau (2008), essa estratégia permite que o interlocutor não dê abertura para pautas negativas, mantendo uma boa imagem para o público. Percepção que a **Repórter D** também destacou. Para ela, o presidente tem um estilo de comunicação claro: “O diálogo dele é voltado apenas para as suas bases. Que se apoiam recorrentemente em informações distorcidas, em uma retórica conveniente para validar o discurso bolsonarista”.

No entanto, o **Repórter B** apresentou como solução adotar durante as entrevistas coletivas o que Lage (2005) chama de entrevista de confronto, que é quando o jornalista tem acusações contra sua fonte que precisam ser checadas. Mas, segundo o repórter da **emissora 2**, considerando o perfil do presidente Bolsonaro, este tipo de entrevista só terá êxito se realizada em tom mais brando.

Em sua declaração, o **Repórter B** exemplificou a estratégia com uma de suas



experiências no cercadinho. Descreveu que após um acidente de grandes proporções em uma cidade brasileira, envolvendo o rompimento de uma barragem de uma mineradora, o presidente fez um sobrevoo de helicóptero para verificar a situação. Ao retornar para a casa presidencial, Bolsonaro fez uma parada no cercadinho para falar com os apoiadores.

Foi nesse momento que o **Repórter B** fez alguns questionamentos. O último foi: “*Presidente, o senhor acha que faltou fiscalização?* ” O que poderia parecer uma resposta simples passou a ser essencial pelo contexto descrito pelo repórter. De acordo com ele, durante a campanha, Bolsonaro atacou organizações ambientais brasileiras pelo excesso de burocracias que afetavam o trabalho das mineradoras. Inclusive propondo como um de seus compromissos, se eleito, de substituir multas por advertências mais brandas.

A resposta do presidente ao **Repórter B** foi “*sim, faltou*”. A fala ecoou em muitos veículos da imprensa. Três meses após o início do mandato, com apenas uma pergunta, o repórter conseguiu ter a fala do presidente da República assumindo publicamente que uma das promessas de governo poderia colocar muitas pessoas em risco. Segundo Martins (2020), este trabalho de investigação do repórter é essencial para que as respostas fluam com profundidade, é dessa forma que mesmo sem perceber o entrevistado entrega até mesmo aquilo que deseja esconder.

A **Repórter C** corrobora com os pensamentos dos colegas e ainda destacou que as pautas dificilmente são previstas com antecedência, por se tratar de um governo que não tem um canal direto com a imprensa e na maioria das vezes com decisões imprevisíveis. Caldas (2002) ressalta a importância de o profissional projetar novas informações do ambiente político para contribuir com a formação da opinião pública. Dessa forma, considerando a relevância do assunto, o novo será sempre a prioridade na produção. “Essa é uma rotina normal para mim, é natural que a minha produção do início do dia já tenha perdido importância para a edição do telejornal da noite”, afirmou a **Repórter C**.

A **Repórter D** avaliou que uma das dificuldades nessa preparação das pautas diárias é que o atual governo é extremamente fechado com a imprensa em geral, a não ser com jornalistas declaradamente alinhados ao presidente. Exigindo muito mais empenho dos jornalistas em conseguir informações relevantes.

A **Repórter A** salientou que os profissionais da imprensa são cobrados de por que não divulgar as pautas positivas do governo. De acordo com ela, o mandato de



Bolsonaro é pautado por grandes polêmicas, que quando equiparados com qualquer boa ação executada pelo governo ganham força.

Isso é explicado por Chaparro (1994) quando coloca factualidade e relevância como uma prioridade na questão de noticiabilidade. Dessa forma, se considerarmos que todo governo é eleito para trabalhar em benefício da população, qualquer problema que envolva essa gestão ganhará mais espaço, pois caminha na contramão do que deveria ser feito.

A **Repórter C** também pontuou essa percepção e afirmou que o compromisso dela enquanto profissional não é divulgar propaganda do governo, mas que a prioridade de informação será sempre os fatos que podem trazer prejuízos ao povo e que precisam de explicação. Essa postura está de acordo com o novo formato de apuração política citada por Silva (2006), quando descreve que a pauta principal do jornalista político é aquilo que alguém está querendo esconder. Diferentemente do período da ditadura militar, quando, segundo Contato (2014), os jornalistas eram obrigados a se render apenas às pautas positivas para passar a impressão de que a nação vivia apenas em um cenário feliz.

Por se tratar do presidente da República, Bolsonaro é naturalmente uma fonte de difícil acesso, de acordo com o **Repórter B**. Os últimos presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), também falavam pouco com a imprensa, mas a **Repórter A** sinalizou que os antecessores ainda atendiam a imprensa nos eventos oficiais, respondendo a cinco ou seis perguntas pelo menos. Realidade que não existe no governo de Bolsonaro.

A **Repórter D** também tem a percepção de que há uma resistência muito mais intensa neste governo em comparação aos anteriores. E declara ainda que o presidente tem um estilo de comunicação claro: “O diálogo dele se apoia recorrentemente em informações distorcidas, em uma retórica que valida apenas o discurso que favorece o bolsonarismo”. Dessa forma, as entrevistas que segundo o conceito de Lage (2005) têm o objetivo de acarear assuntos que ainda não foram explicados passam a ser um risco ao chefe de Estado. Possível de acontecer apenas em oportunidades onde o presidente fala com o público. Neste caso, exclusivamente no cercadinho do Palácio da Alvorada.

Antes de ir ao cercadinho, já com as pautas definidas, os jornalistas buscam formas para captar o máximo de informações, já idealizando a construção da reportagem proposta. Conforme conceito de Villela (2008), o formato ideal para uma reportagem de televisão deve conter “*Off*”, que é a narração do repórter, “*passagem*”,



quando o repórter aparece no vídeo para trazer uma informação, e a “sonora”, parte de uma entrevista que complementa o *off*, trazendo veracidade ao texto montado.

Quando questionados sobre como está a produção, os repórteres elencaram algumas dificuldades que sofrem para construir o atual modelo de reportagem, além de relatarem as adaptações necessárias para este cenário. A **Repórter A** explicou que um dos desafios começa ainda na fase da apuração, declarando que, para ela, o governo de Jair Messias Bolsonaro é o mais difícil de realizar uma checagem inicial. “O nível de energia que eu gasto para confirmar uma visita do presidente em outro estado é o mesmo que eu levava para descobrir a reforma ministerial dos outros governos”, afirmou.

Dificuldade também enfrentada pelo **Repórter B**, que pontua o excesso de informações que são recebidas apenas pelo *WhatsApp*, e que, na visão dele, não podem ser consideradas oficiais. Segundo a **Repórter C**, o desafio ainda vai além. Para ela é difícil considerar até a fala do presidente da República como oficial, já que, segundo a repórter, em várias ocasiões o que Bolsonaro falou não se concretizou, então ele disse que não era bem o que havia dito.

Já a **Repórter D** disse que em geral, para validar informações, ela conta com membros do próprio governo. Sendo comum um ministro ou servidor confirmar ou rechaçar uma informação inverídica em uma conversa em *off*. Explicou ainda que muitos bancos de dados oficiais contêm informações que podem ser cruzadas com o discurso do presidente e podem ser úteis.

A quantidade de notícias por meios não oficiais gera para ambos os repórteres desgaste no trabalho de apuração, em um ciclo de desinformação onde até os assessores de imprensa do governo, que deveriam facilitar o acesso aos esclarecimentos necessários, trabalham como bloqueadores da informação. Para averiguar os assuntos os entrevistados afirmam que o caminho é mais longo e outras fontes precisam ser acionadas para que a checagem seja feita. A tentativa pode ser compreendida como uma investida para prejudicar a apuração e checagem da informação, já que Chagas (2006) diz que trazer ao conhecimento das pessoas assuntos que lhes dizem respeito é uma das principais atribuições do jornalista político.

Outra revelação dos entrevistados aponta que vários conflitos começaram depois do cancelamento dos cafés da manhã com a imprensa. Bolsonaro passou a atender os jornalistas apenas no cercadinho do Palácio da Alvorada, espaço dedicado



para o encontro do presidente com apoiadores. Local onde, de acordo com o Estadão (2020), iniciou-se uma série de agressões incentivadas pela presidente Bolsonaro e do público que ocupava o local.

Os repórteres declaram ter sofrido, por várias vezes, agressões verbais por parte do público do presidente. O **Repórter B** confirmou que em vários momentos o presidente foi o principal incentivador destas ações. De acordo com o jornalista, na tentativa de escapar de perguntas indesejadas, que pudessem lhe prejudicar, o chefe de Estado xingava os repórteres e essa atitude era replicada pelos manifestantes, que gritavam muito alto, a ponto de os repórteres não ouvirem o que o presidente falava.

“Não há segurança no Alvorada para realizar entrevistas, gravar uma passagem ou entrar ao vivo era uma missão quase impossível, além de gritos, os apoiadores também nos assediavam tentando censurar qualquer palavra que não concordassem”.

Com medo do tom e da proporção que os xingamentos passaram a ter, a **Repórter A** declarou que pediu ajuda para a **emissora 1**, que passou a não enviar mais repórteres para o cercadinho. Essa mesma repórter revelou já ter sido agredida em uma manifestação durante a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e declara perceber que no cercadinho era ainda mais assustador.

O **Repórter B** reforçou ainda o medo de que as agressões verbais evoluíssem para o confronto físico. Além da insegurança, na percepção de que, se isso de fato acontecesse, os profissionais não teriam nenhum tipo de segurança garantida. Sentimento que está diretamente ligado aos resultados divulgados no Relatório de Violência e Liberdade de Imprensa da Fenaj (2020), que apresenta um aumento de 100% no número de agressões a jornalistas em 2020.

A repórter da **emissora 3** explicou que a única forma de conter esse tipo de agressão é mantendo as câmeras ligadas na tentativa de inibir as ações dos agressores e denunciá-las nas edições dos telejornais. Atitude que está apoiada no conceito de Traquina (2005), pois considera a violência um valor-notícia importante para o conhecimento popular.

Com a recusa de resposta e hostilidade por parte do presidente e apoiadores, os jornalistas entrevistados passaram a considerar como sonoras das reportagens os trechos de vídeos postados pelo chefe de Estado nas redes sociais, ou recortes de suas publicações. **A Repórter A** sinalizou que este também é um grande desafio, pois não há segurança no que está sendo dito, segundo ela o vídeo ou o tuíte pode ser apagado a qualquer momento, além de ter várias possibilidades de interpretações. **O Repórter B**



declarou ainda que tem a sensação da diminuição na relevância do material produzido, pois não há como confrontar uma resposta do presidente, que passa a emitir apenas o que deseja falar. Percepção que também é confirmada no conceito de Traquina (2005), quando explica que os assuntos relevantes trazem impacto para a vida das pessoas e por isso elas precisam saber.

A **emissora 3** também considera os conteúdos postados pelo presidente, mas a **Repórter C** afirma que todos os questionamentos que não puderam ser feitos ao presidente são destacados também na reportagem, logo após os recortes. “Nós divulgamos a fala do presidente falando que não haveria eleição sem o voto impresso em 2022, mas logo após o recorte, em *off* ou na passagem, deixamos claro que ele não explicou como poderia afirmar tal posicionamento, mesmo sabendo que é uma decisão que não compete ao presidente da República”, explicou.

Contudo, a **Repórter D**, apesar de também ter presenciado atos de agressão verbal, considera que o local seja seguro para os profissionais. A repórter não acredita que de fato os jornalistas corram perigo. Percepção que vai na contramão do relatório emitido pela Fenaj, que apresenta um total de 7,48% de agressões que evoluíram de verbais para físicas em 2020.

Percebe-se, diante dos relatos, que o posicionamento do presidente Bolsonaro é uma tentativa de impedir que os profissionais sigam o que destaca Caldas(2002), quando cita que, por meio da entrevista, o jornalista deve antecipar consequências e projetar novas informações no cenário político e administrativo para o cidadão. Desse modo, ficaria impossível o jornalista contribuir com a sociedade.

A pesquisa também perguntou aos jornalistas como é a colaboração do presidente Jair Bolsonaro, quando se propõe a dar entrevistas. A resposta unânime diz que o presidente não é colaborativo e responde apenas o que deseja. Postura que, segundo Mattos (2019), ajuda o presidente a escapar do contraditório. “É nítido que o presidente, apesar de ter sido eleito para governar o país, não tem interesse em falar com todos os públicos. Ele só fala para o público dele, como se ainda fosse deputado”, afirmou a **Repórter A**.

O **Repórter B** ainda destacou que se o presidente não gostar da pergunta não o deixará de responder, como também será grosseiro com os profissionais da imprensa. “Qualquer pergunta que ele não goste, ele xinga a pessoa, ataca. Se for mulher então aí ele adora. Homem ele ainda respeita um pouco mais, mas a gente já viu que ele tem a predileção por atacar repórteres mulheres”, afirmou.



A **Repórter C** afirmou que este posicionamento revela um caráter autoritário do governante que não é só de evitar responder o que não deseja, mas também uma tentativa de enfraquecer a apuração daquilo que não deseja que vire notícia na imprensa nacional. Atitude que dificulta diretamente a investigação de denúncias de irregularidades na administração pública, desvios de recursos ou negócios escusos com dinheiro público, atribuídos por Martins (2020) como uma das funções do jornalista na editoria de política.

A **Repórter D** percebe que a atitude de Bolsonaro não é condizente com o cargo que ele ocupa. Ela destacou que um presidente tem que prestar contas à sociedade e a imprensa é um dos meios para isso. Para ela, é um direito do presidente falar diretamente com a população, mas responder às perguntas da imprensa faz parte da função para a qual foi eleito.

Se pudessem, a **Repórter A**, **Repórter B** e **Repórter C** recusariam as pautas de cobertura presidencial em manifestações pró-governo ou em ambientes onde o presidente estivesse acompanhado de apoiadores. Para eles, o risco de agressão é eminente. Já a **Repórter D** afirmou que faria a cobertura de qualquer forma. Ela acredita que jornalistas não devem se recusar a cobrir nenhum tipo de manifestações. Para ela, a parte essencial da profissão é estar onde as coisas acontecem.

Para a cobertura atual no cercadinho do Palácio da Alvorada, as emissoras têm poupado os jornalistas da exposição pública, enviando apenas os cinegrafistas, já que mesmo em casos de perigo iminente estes profissionais conseguem exercer suas funções captando imagens de longas distâncias. Apesar do novo local dedicado aos apoiadores ter sido reposicionado para dentro do terreno do Palácio da Alvorada, deixando o cercadinho apenas para os jornalistas, o **Repórter B** afirmou que o espaço onde são realizadas as revistas de segurança ainda é compartilhado, e isso ainda preocupa, já que basta ser identificado como jornalista para ser chamado de “lixo”.

Outro motivo para os jornalistas não irem mais ao cercadinho é que o presidente não faz mais paradas para falar com a imprensa. A **Repórter C** diz que se não há como confrontar não há motivos para estar lá, se só imagens serão captadas, esse trabalho é feito apenas pelos repórteres cinematográficos, que desempenham a função com mais proteção.

Fica evidenciado também por meio do Quadro 1 as respostas convergentes dos quatro entrevistados. O objetivo é visualizar de um modo geral, através dos relatos compartilhados, se houve algum tipo de alteração na rotina de produção das



reportagens no cercadinho do Palácio da Alvorada, considerando o padrão de produção apontado nos conceitos de Traquina (2005), Villela (2008), Lage (2005) e Chagas (2006), aqui selecionados: escolha da pauta, checagem, entrevista, passagem, estrutura de reportagem e veiculação. Compreendendo de forma ainda mais concisa quais adaptações precisaram ser realizadas pela imprensa para o fechamento final da reportagem.

QUADRO 1 – Respostas convergentes dos entrevistados

Padrão de Produção	Consegue Realizar?	Desafio / Adaptação
Escolha da Pauta	Sim	Por se tratar de um governo com muitas polêmicas e todas envolvendo declarações realizadas em redes sociais, o profissional precisa acompanhar todas as mídias que o presidente fala.
Checagem	Em partes	O Governo Bolsonaro não fala com a imprensa, dessa forma é necessário checar as informações com fontes alternativas. As emissoras trabalham com projeções do que pode acontecer. Além disso, Bolsonaro não é considerado uma fonte confiável.
Entrevista	Não	Agressões verbais, xingamentos, gritos dos apoiadores prejudicam a entrevista, além disso Bolsonaro não é colaborativo e só responde quando o assunto lhe interessa.
Gravar a Passagem	Em Partes	Agressões verbais, xingamentos, gritos dos apoiadores prejudicam a gravação da passagem. Hoje a gravação em que aparece o repórter precisa ser feita com distância ou em locais que são relacionados a pauta para evitar o contato com os apoiadores.
Estruturar Reportagem	Em Partes	O presidente não dá entrevistas e dificilmente esclarecerá algum assunto que comprometa seu governo, por isso, os vídeos divulgados na TV BRASIL ou nas contas oficiais do presidente substituem as sonoras na reportagem.
Veiculação	Sim	Bolsonaro tem um público fiel que atua principalmente nas redes sociais com o mesmo comportamento do cercadinho do Palácio da Alvorada. Assim, para evitar ataques também no ambiente virtual, os profissionais atuam com discrição em seus perfis pessoais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a verificar como é a rotina de produção de reportagens de telejornalismo nas coberturas políticas relacionadas ao presidente da



República Jair Messias Bolsonaro no cercadinho do Palácio da Alvorada. Local adaptado para o encontro com o chefe do executivo federal, onde jornalistas no ofício da profissão dividiam o espaço com apoiadores do governo, causando insegurança para o trabalho da imprensa.

Pode-se compreender de fato, a evolução do jornalismo político e seus padrões de produção para telejornais, identificando suas especificidades nos conceitos apresentados. O estudo destaca o papel do jornalista como um agente de investigação dos assuntos relacionados aos gestores públicos.

A pesquisa confirmou por meio de relatos convergentes que durante a rotina de produção de reportagens os profissionais da imprensa sofreram agressões verbais do presidente da República, de membros do governo e apoiadores. Gestos, gritos e xingamentos, muitas vezes incentivados pelo próprio chefe de Estado, com o objetivo de prejudicar a checagem das informações e inibir a produção das reportagens relacionadas ao presidente Bolsonaro.

Além de compreender que os profissionais passaram por dificuldades reais na rotina de cobertura jornalística no cercadinho do Palácio da Alvorada, a pesquisa também identificou, com base no estudo histórico e bibliográfico das estruturas fundamentais do jornalismo político e suas influências, que os profissionais precisaram adotar um novo padrão na produção da reportagem televisiva. Sendo a sonora a principal alteração neste formato.

Considerando que as entrevistas para este artigo foram realizadas separadamente e com repórteres de emissoras distintas, pode-se identificar nas respostas uma concordância de que o presidente Bolsonaro de fato dificulta o trabalho da imprensa, desmistificando o senso comum de que há um complô midiático contra ele. E isso se dá quando evita as entrevistas ou quando incita agressões contra os profissionais.

Conclui-se que os jornalistas políticos despendem mais trabalho para conseguir informações verídicas a respeito do comando do país, pois as fontes oficiais e assessoria de imprensa do governo não são colaborativas. Perde-se mais tempo checando do que buscando informações, o que de certo modo pode ser estratégico na comunicação presidencial. Outra observação se refere à rotina de produção da reportagem que sofreu mudanças significativas, pois a captação de imagens e sonoras está cada vez mais complicada devido à ameaça de apoiadores e do próprio presidente.

Dessa forma, os jornalistas estão reinventando o formato da reportagem



televisiva, captando imagens, muitas vezes, de arquivo ou fora do cercadinho da Alvorada, aproveitando somente as falas do presidente postadas em redes sociais, pois as tentativas *in loco* de questionamentos estão sendo mal-sucedidas devido às grosserias do atual presidente e de seus seguidores.

Observou-se também que as atitudes cometidas contra os jornalistas ferem diretamente o direito de liberdade de imprensa, que tem como função prioritária informar a população de assuntos que lhes são pertinentes. A tentativa de cercear qualquer tipo de checagem de informação coloca a democracia em risco, trazendo prejuízos ao ocultar do conhecimento popular informações que são relevantes.

A necessidade de manter as fontes desta pesquisa em sigilo demonstra que de fato a estratégia política do presidente Bolsonaro tem surtido efeito. Afinal, onde não há liberdade, vozes precisam ser silenciadas. E quando elas emergem, são anuladas com uma narrativa de perseguição. Como se o ideal de imprensa para o governo atual fosse o mesmo desejado pelo governo de 1964 durante a ditadura, conforme descrito neste artigo, na qual poderiam ser divulgadas apenas notícias que demonstrassem um cenário feliz e próspero.

Os resultados deste artigo apontam para estudos futuros que possam compreender de que forma a assessoria de imprensa do presidente Bolsonaro tem trabalhado para fazer a gestão de crise durante o mandato. Além disso, é possível também analisar o real impacto da falta da sonora de confronto e se de fato essa será uma tendência para o futuro do jornalismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **O Palácio da Alvorada é a residência oficial do Presidente da República**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/palacios-e-residencias/palacio-da-alvorada>. Acesso em: 10/06/2021

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**, 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CALDAS, Álvaro. Deu no jornal: **O jornalismo impresso na era da internet**. São Paulo: Loyola, 2002.

Câmara Legislativa. **Biografia Jair Messias Bolsonaro**. Camara.leg, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 10/06/2021.

CHAGAS, Helena; SEABRA, Roberto & SOUSA, Vivaldo (org). **Jornalismo Político:**



teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística.** São Paulo: Summus, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. **A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente.** UFJF, 2019.
Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28571/20024>.
Acesso em: 04/06/2022

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2006

FANTINATTI, Márcia. **A cobertura jornalística da campanha pelas “Diretas Já”: O Fantasma que ainda assombra a história da Rede Globo.** Intercom, 2007.
Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0172-1.pdf>. Acesso em: 20/05/2021

FELIPE CONTATO, Ana Carolina. **As transformações do telejornalismo brasileiro e a influência da ditadura militar na televisão nas décadas de 1960 e 1970.** Encoi, 2014. Disponível em:
<http://www.uel.br/eventos/encoi/anais/TRABALHOS/GT1/AS%20TRANSFORMACOES%20DO%20TELEJORNALISMO.pdf>. Acesso em: 10/06/2021

JORNAL NACIONAL. **A Notícia faz história,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

KUSHNIR BEATRIZ. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** SÃO PAULO: Boitempo, 2012.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político.** São Paulo: Contexto, 2020.

MATTOS, Marcela. **Alvorada: O palanque do presidente.** VEJA, 07 out. 2019.
Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/alvorada-o-palanque-do-presidente/>.
Acesso em: 12 de ago. de 2021.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **“Caso Diretas já foi ‘censura dupla’, diz Boni”.** In: Agência Estado, 30/12/2005.

SILVA, Luiz; SEABRA, Roberto & SOUSA, Vivaldo (org). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo: Produção e técnica.** 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005.



VILLELA, Regina. **Profissão jornalista de TV: Telejornalismo aplicado na era digital.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs). **60 anos de telejornalismo no Brasil: História, análise e crítica.** Florianópolis: Insular, 2010.